

LEI Nº 01098/2021

(Projeto de Lei nº 011/2021 – Autoria: Poder Executivo)

Altera dispositivos da Lei nº 0943/2017 que “Institui o novo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, e dá outras providências.”.

A **Prefeita do Município de Conde, Estado da Paraíba**, faz saber que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Os incisos II, X, XI e XXVII do art. 4º da Lei nº 0943/2017 serão revogados, passando a vigorar com as seguintes redações:

II – Definir os interesses e demandas municipais e regionais, fazendo com que estes estejam contemplados no planejamento municipal, estadual e federal, através da construção do Plano Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca do município de Conde – PMDAP e do Plano Safra Municipal.

X – Articular com o Executivo e Legislativo Municipais para a inclusão dos objetivos e ações do Plano Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca do município de Conde – PMDAP, o Plano Safra Municipal, quando implementado, no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e na Lei Orçamentária Anual (LOA);

XI – Articular com o CEDRS para que este apoie a execução dos projetos que compõem o Plano Municipal de desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca do município de Conde – PMDAP e o Plano Safra Municipal.

XXVII – Acompanhar o processo de liberação de recurso pelos órgãos e entidades financiadoras, junto ao Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca;

Art. 2º. O art. 4º da Lei nº 0943/2017 passa a vigorar acrescido do inciso XXXIV com a seguinte redação:

XXXIV -Buscar ampliar a captação de recursos para o Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca– FMDAP, o monitoramento da execução para seu bom uso e a fiel prestação de contas físicas e financeiras.

Art. 3º. O art. 5º da Lei nº 0943/2017 será revogado, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º. Integram o CMDRS, os representantes de entidades da sociedade civil organizada que representem, assessorem, estudem e/ou promovam ações voltadas para o apoio e desenvolvimento sustentável e solidário, cidadania e promoção de direitos; representantes de organizações e movimentos da agricultura familiar; representantes de órgãos do poder público municipal e representantes de organizações não governamentais, respeitados os dispositivos constante na Resolução do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) de nº 105/2019 em seu art. 4º, resultando na composição descrita no artigo seguinte.

Art. 4º. O art. 6º da Lei nº 0943/2017 será revogado, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. Integram o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS:

- I – O Secretário da Secretaria Municipal da Agropecuária e da Pesca;
 - II - Um representante do Poder Legislativo Municipal;
 - III - Um representante da Secretaria Municipal de Ação Social;
 - IV - Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
 - V – Um representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
 - VI - Um representante da EMPAER/PB;
 - VII–Um representante de Entidades da Sociedade Civil e de Movimentos Sociais que atuem no setor de Agropecuária e da Pesca no município;
 - VIII - Um representante de Instituições Religiosas; IX – Um representante da Colônia de Pescadores;
 - X – Um representante de comunidades indígenas;
 - XI - Um representante de comunidades quilombolas;
 - XII – Um representante de comunidades de pescadores;
 - XIII - Representante(s) do(s) Sindicato(s) de Classe(s) ligados ao setor agropecuário (*quantos hajam em atuação no Município*);
 - XIV - Representante(s) de associações e cooperativas agropecuárias, legalmente constituídas, em número de no máximo oito entidades.
- § 1º A cada titular corresponde um suplente, que substituirá o membro efetivo, em suas ausências e/ou impedimentos.

§ 2º Os conselheiros titulares e suplentes devem ser indicados formalmente em documento escrito, pelas organizações, órgãos ou entidades que representam:

- a) Para conselheiros titulares e suplentes indicados por órgãos e/ou instituições, a indicação deverá ser feita em papel timbrado e assinado pelo responsável do órgão e/ou instituição;
- b) Para conselheiros titulares e suplentes indicados por comunidades ou bairros rurais onde haja associação constituída, a escolha deverá ser feita em reunião específica para esse fim e a indicação deverá ser na respectiva ata, assinada pelo presidente da associação e também por todos os presentes.

§ 3º As indicações dos conselheiros titulares e suplentes serão encaminhadas ao Prefeito Municipal para a nomeação através de portaria.

§ 4º De acordo com o inciso I do art. 85, da Lei Orgânica do Município de Conde/PB, o CMDRSS deverá ser composto por número ímpar de membros.

§ 5º As entidades elencadas no inciso XIV, deverão ser composta, preferencialmente, por pelo menos um representante de cada Região Geo administrativa do município de Conde/PB.

§ 6º: As representações do poder público municipal não devem exceder ½ da composição.

§ 7º: As representações da sociedade civil devem ser de no mínimo 50% mais 1 do total de membros do CMDRSS;

Art. 5ª. O art. 7º da Lei nº 0943/2017 será revogado em sua integralidade, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRSS será presidido pelo Secretário Municipal da Agropecuária e da Pesca do Município de Conde/PB.

§ 1º: O Presidente do CMDRSS nomeará um Secretário Executivo, integrante do quadro de servidores do município, que será designado por Portaria publicada em Diário Oficial do Município.

§ 2º: Os Conselheiros do CMDRSS elegerão dentre os seus componentes, em Assembléia Geral, o Vice- presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário CMDRSS, devendo ser obrigatoriamente um representante da sociedade civil.

Art. 6º. O art. 9º da Lei nº 0943/2017 será revogado, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 9º. O mandato dos membros da sociedade civil do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – CMDRSS, será de 04 (quatro) anos.”

Parágrafo único. O exercício do mandato de Conselheiro do CMDRSS é voluntário e não constitui ônus para os cofres públicos.

Art. 7º. O art. 13º da Lei nº 0943/2017 será revogado, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CMDRSS, tem como Sede a Secretaria Municipal da Agropecuária e da Pesca - SAP, onde se dará a arquivo permanente de toda documentação e dados atinentes as atividades do Conselho.

Art. 8º. O art. 10º da Lei nº 0943/2017 passa a vigorar acrescido dos § 1º e § 2º com a seguinte redação:

§ 1º. As reuniões do CMDRS serão obrigatoriamente públicas, podendo dar-se de forma itinerante ou virtual.

§ 2º. As reuniões virtuais serão realizadas em plataformas eletrônicas que permitam o registro de presença dos(as) Conselheiros(as).

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor em 01 de janeiro de 2022, sendo prorrogado o mandato de composição do CMDRSS vigente na data de sua publicação, até 31 de dezembro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Conde, 09 de dezembro de 2021.



KARLA PIMENTEL
Prefeita de Conde